



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LOURIVAL FERREIRA DE MOURA, ocorrido no dia 10/04 - próximo passado, no vizinho, Município de Araucária, no lugar denominado Capinzal.

REQUER o signatário, após ouvido o Plenário, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Gustavo de Oliveira Padilha, aos cuidados do Correio Araucária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Ple-

nário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Zeferino Caovilha.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O falecido, era homem ligado à agricultura e de presença marcante na comunidade de Renascença, tendo prestado a esta, serviços relevantes.

Deixa esposa, D. Rosa Deon Caovilha, 10 filhos, entre eles o ilustre Vereador Luiz Caovilha, e 19 netos, e nos corações de todos aqueles que compartilharam do seu convívio, uma saudade e a certeza de que Renascença e o Sudoeste do Paraná perderam um dos seus mais expressivos cidadãos, exemplo do trabalho e dedicação à sociedade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Oswaldo Souza.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O falecido, era homem ligado ao comércio desta Capital, onde prestou relevantes serviços à comunidade.

Deixa esposa, D. Eliza Antunes de Souza, dois filhos: Dr. João de Souza, engenheiro civil, Oswaldo Souza Filho, do comércio, e seis netos, e nos corações daqueles que compartilharam do seu convívio, uma grande lacuna de saudades.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. LUBOMIR FICINSKI, digníssimo Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, solicitando o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas verbas foram repassadas a fundo perdido, e caso contrário qual é a previsão e escalonamento dos respectivos pagamentos.

Nas mesmas condições, pede ainda o fornecimento de valores distribuídos e previstos para entrega no presente exercício aos Municípios de Cascavel, Corbélia, Guaraniaçu, Catanduvas, Três Barras, Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Nova Aurora e Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Por força de ligações telefônicas a Secretaria tem se recusado a fornecer tais dados diretamente a este Deputado e a sua assessoria, com esclarecimentos evasivos, impedindo assim que este parlamentar possa desenvolver com plenitude o exercício de seu mandato.

Tais acontecimentos, levam a crer que há uma verdadeira montagem para que se pratique a sonegação de informações, a exemplo do que ocorreu por largo tempo com a COHA-

PAR, relativamente a contratos de casas populares em bairros de Cascavel.

Pelas informações obtidas através de funcionários subalternos, fala-se que tais verbas destinadas a vários desses municípios citados, tem sido entregue a um Deputado do Partido do Governo com base eleitoral na mesma área, para que o mesmo faça a distribuição, com evidentes objetivos eleitoreiros, o que, se verdadeiro, constitui indiscutível comportamento amoral.

Acreditamos que esta reivindicação venha provocar entendimento contrário ao acima exposto, o que resguardando assim, a lisura da administração pública a qual deve ser imparcial e apartidária.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 38/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida à viúva de ex-parlamentar, falecido no exercício do mandato, e que conte com menos de quatro (04) anos do mesmo o direito à percepção de pensão, de que trata o Art. 1.º, da Lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982, na base de seis salários mínimos regionais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei procura, simplesmente, dar amparo à família dos militantes da vida pública, mais especificamente da vida parlamentar.

Considerando que os postulantes a cargos eletivos são na maioria das vezes, homens abnegados que renunciam à sua própria vida, em favor da comunidade à qual acham-se integrados, sempre voltados à defesa e realização dos mais lícitos interesses do povo e de sua pátria.

Considerando também, que, muitas vezes, estes homens renunciam a suas atividades privadas, dedicando em tempo integral seu trabalho em prol de um fim objetivo, não se precavendo muitas vezes dos imprevistos da vida, deixando seus familiares em total desamparo.

A lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982, destinada a atender tais situações, regulamenta o pagamento de pensão a viúvas de ex-parlamentares estabelecendo prazos de mandato e fixando valores, considerando que os valores ali fixados são muito pequenos para fazer frente à sobrevivência dos familiares de ex-parlamentares, é que julgamos oportuno o presente plano de lei que hoje apresentamos, e que esperamos conte com o apoio dos nossos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 39/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Assistência ao Pré-Escolar "Monteiro Lobato" - com sede e foro na Cidade de Formosa do Oeste, Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se enquadra dentro das exigências legais para tal fim, pois presta serviços à coletividade, não visa fins lucrativos e nem distribui vantagens aos diretores.

A documentação que anexamos, comprova essa asser-

tiva. A fundação tem por finalidade promover e aprimorar a educação pré-escolar em todas as suas fases, dando assistência à criança da comunidade.

Por tudo isto, temos certeza, contará com o apoio e aprovação dos nobres pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 40/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o atual Grupo Escolar Olavo Bilac, do Município de Sarandi, denominado ESCOLA JOSÉ GOMES COLHADO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

O abaixo assinado anexo é a melhor demonstração da oportunidade do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para nós paranaenses, é de difícil entendimento, constatar que o nosso Estado, que de maneira decisiva, tanto tem contribuído em prol dos mais relevantes interesses nacionais, venha merecendo - por parte do Governo Federal - um tratamento menos condizente com as nossas mais justas aspirações.

Faço tal afirmativa sem estar imbuído de qualquer incabível ufanismo paranista, mas julgando que a minha exposição merecerá o decisivo apoio dos meus pares, no apelo que necessariamente teremos de endereçar ao Governo Central, para que determinadas decisões que almejamos, venham de Brasília o mais urgente possível e com a finalidade de minimizar, de alguma forma, as nossas justificadas preocupações.

Também é do meu entender, que um Estado como o nosso, privilegiado pela natureza que Deus lhe deu, com características naturais favoráveis e até singulares, venha merecendo tratamento injusto, quando reconhecidamente já contribui e continua contribuindo excessivamente para o engrandecimento da Nação.

Sabemos que o Paraná tem em seu território um dos maiores potenciais para a construção de complexos energéticos, fato que determinou o Governo Federal a construir imensas hidrelétricas em seu território, como resultante da necessidade imposta na procura de novas opções de energia.

Os paranaenses não podem evidentemente, obstar que estes valiosos e imensos recursos naturais, sejam colocados a serviço dos brasileiros, objetivando obviamente o desenvolvimento nacional e o bem-estar da nossa gente.

Contudo, meus Senhores, o que não pode é o Paraná arcar com os incalculáveis prejuízos ocasionados pela mutilação física do seu território, resultante das imensas inundações. Além desta assertiva, ainda o fato que considero da maior relevância e de grande preocupação, que é a evasão do capital humano que se destina a outras regiões, levando para distante de nossos limites, tanto os filhos paranaenses, como também aqueles que elegeram este Estado como terra do seu labor.

Entretanto, Sr. Presidente, as referidas inundações não se resumem apenas à perda de áreas valiosas e de terras agricultáveis. Ocorrerá fatalmente, o aniquilamento de benfei-

torias; de núcleos habitacionais ribeirinhos; de inestimáveis atrativos turísticos; de obras públicas e de toda uma infraestrutura viária.

Diante deste intróito que faço a título de "alerta", desejo, neste momento, abordar o assunto específico deste meu pronunciamento e que diz respeito às obras do "Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná", denominado PRO-DOPAR.

Para a mais aproximada avaliação e melhor entendimento deste problema, pretendo na sequência, fornecer-lhes indicadores concretos de análise.

Para tanto, serei forçado a recorrer a algumas citações numéricas ou de percentuais, que poderão parecer uma maneira exaustiva de explanação, mas que infelizmente não poderão ser deixadas de lado, não só para a melhor abordagem da questão, como também, refletem uma verdadeira síntese de todos os estudos e documentos que procurei conhecer para poder trazer este assunto nesta Casa.

Espero que tenham, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mais aproximada dimensão dos riscos e das situações críticas, às quais o Paraná poderá estar envolvido num futuro bem próximo.

É do conhecimento de todos, que o "PRODOPAR" destina-se basicamente à reorganização do espaço regional, diretamente afetado pelo lago de Hidrelétrica de Itaipu.

Pelas notícias propaladas, até meados do próximo mês de outubro, serão fechadas as comportas e dado início ao alagamento da região, ocasião em que, nada menos de oito importantes municípios estarão sendo diretamente atingidos pelo Lago de Itaipu.

Assim, terão irremediavelmente, partes de seus territórios inundados, os seguintes municípios: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra.

Vou destacar, apenas como citação, quatro destes municípios que estarão perdendo considerável área territorial:

- São Miguel do Iguaçu, que perderá 26.253 hectares, representando 21,5% da sua área,
- Santa Helena, perdendo 25.992 hectares, correspondentes a 31,7% da sua área municipal;
- Marechal Cândido Rondon perderá 25.075 hectares, significando 17,8% do seu território;
- Foz do Iguaçu, perdendo 23.570 hectares e 26,8% da área.

Apenas destes oito municípios citados, posso afirmar que serão inundados 111.332 hectares, número inegavelmente expressivo, quando analisamos a forma como estamos perdendo.

Segundo estudos realizados pela COPEL em maio/80, os reservatórios existentes e em construção, no ano de 1985 inundarão 3.354,9 km² e em 1990, prevê-se 3.828,4 km², representando respectivamente 1,7% e 1,9% da área total do Estado.

Constata-se, também, que somente a inundação da área do reservatório de Itaipu, afetará aproximadamente 42.000 habitantes ou quase 11% da população regional, os quais perderão suas fontes de renda na região, agravando conseqüentemente e de forma inopinada o problema social do Estado.

Em conseqüência ainda desta inundação, resultará a perda de 99.500 hectares de terras onde se cultiva soja, trigo, milho, feijão, mandioca, arroz e café, cuja projeção de estimativas de perdas para estes produtos, chega a ordem de 200.000 toneladas/ano; isto sem dúvida alguma é assustador e preocupante.

Atentem os Senhores para os percentuais da perda, em valor de produção agrícola, dos seguintes municípios:

FOZ DO IGUAÇU	33%
SANTA HELENA	30%

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	25%
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	18%
GUAÍRA	11%

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Conforme salientei em anterior trecho deste pronunciamento, outros tantos e impressionantes dados numéricos e estatísticos poderiam ser trazidos neste momento para a atenção dos meus Pares.

Contudo, não quero tornar fatigante a minha explanação.

A bem da verdade, chega-se a triste conclusão que o Paraná, que possui apenas 2,47% do território nacional e onde suas terras férteis o fizeram conhecido como o "celeiro nacional" - e diga-se, sem favor algum - estará perdendo 3,6% do seu território, numa contribuição patriótica para a continuidade do processo do desenvolvimento brasileiro.

Porém, tal contribuição está sendo dada a um custo social-econômico demasiadamente elevado e sem que tenhamos ao menos, garantidas pelo Governo Federal, as compensações as quais nos julgamos perfeitos credores.

Beneficiamos - em nome do entusiasmo nacional - outras regiões mais industrializadas, pondo em detrimento o nosso próprio desenvolvimento.

Isto tudo, sem abordar outros tantos gravames, também decorrentes destas imposições levadas a efeito no nosso Estado, como por exemplo, o impacto negativo sobre o ICM e sobre o Fundo de Participação dos Municípios, naquelas regiões que serão afetadas pelo empreendimento hidrelétrico.

Dentre estes pontos que aqui foram mencionados de forma simples, nos deparamos ainda, meus Senhores, com um importantíssimo aspecto da questão, que é a inevitável alteração do sistema viário regional.

Dentro de poucos meses, o Governo e o povo paranaense estarão sentindo os reflexos de tais alterações, as quais irão necessariamente modificar a infra-estrutura de imensas áreas, no momento em que, a necessária reconstituição do sistema viário da região, sequer deu início às obras.

É lógico que o atual sistema viário será visivelmente alterado, visto que em razão da nova configuração territorial, será forçosa a reorientação e redistribuição de fluxos de transporte, sob pena de comprometimento dos níveis de "acessibilidade" e de "mobilidade", advindo conseqüentemente os mais sérios e prejudiciais reflexos à economia local.

Um exemplo já conhecido deste mistério é o que ocorrerá nos Municípios de Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, que serão submetidos forçosamente ao denominado "isolamento territorial", quando seus territórios serão seccionados por braços das águas do reservatório, separando a sede de parte do município.

Atentem pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a exigüidade do tempo que ainda resta, numa final tentativa de amenizar em parte, aqueles reflexos negativos que, sem dúvida, marcarão de forma indelével o trabalho e a economia do nosso povo. Mesmo que as obras para as alterações do sistema viário daquelas regiões fossem iniciadas no dia de hoje, não poderiam ser concluídas a tempo de evitar os problemas que já nos referimos.

Para tanto, há necessidade de verbas, de vultosas verbas, sem as quais será inexequível a consecução de tal projeto.

Estes recursos deverão ser, certamente, destinados pelo Governo Federal, cumprindo os termos de Convênio já assinado com o Governo do Paraná, no valor de dois bilhões de cruzeiros e destinados a atender a construção de 168,8 km de estradas-troncais, previstas no projeto e calculadas a preços de março/82.

Refiro-me, em especial, à Rodovia Mal. Cândido Rondon - Medianeira, costeando o futuro lago. Desta rede estão concluídos os projetos de 148,8 km, faltando ainda projetos para os

20 km restantes.

Nesta altura o que nos causa espanto e estranheza é o fato constatado de que no lado paraguaio está em adiantado estado a construção de idêntica rodovia prevista para a margem brasileira, com perto de 200 km de extensão, desde Hernandárias com destino a Salto Del Guairá.

Desnecessário seria dizer que é obra realizada com os mesmos recursos previstos para a estrada no território brasileiro.

No entanto, quando lá já está quase concluída, aqui nem foi iniciada por falta de liberação de recursos.

Além disso, convém ainda salientar, que outros 101 km de "travessias" e "variantes" a serem construídos pela Itaipu Binacional, somente poderão ser iniciadas após a configuração material das citadas "vias troncais".

Sr. Presidente. Julgo que não devo mais alongar esta exposição: entretanto, cumpre-me o dever de denunciar nesta Casa, não só o fato do Governo Federal ter negligenciado com suas responsabilidades, assumidas com o Governador Ney Braga, não tendo ainda liberado aqueles imprescindíveis recursos financeiros, como também demonstrar a sua insensibilidade para estes graves problemas do Paraná.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho uma proposta a fazer em nome do laborioso povo e que neste momento submeto a criteriosa avaliação de todos os Deputados integrantes desta Casa, que: "nenhuma providência para o fechamento das comportas de Itaipu, possa ser tomada, sem a completa, necessária e inegociável recomposição da rede viária das regiões afetadas".

É o mínimo que o Paraná poderá exigir do Governo Central: tenho certeza de que este problema será defendido com o mais alto espírito paranista, num consenso dos políticos paranaenses, tanto desta Assembléia Legislativa, como igualmente dos nossos homens públicos do Congresso Nacional.

Todos somos irmãos brasileiros; sem dúvida alguma, cabe aos Estados efetuarem a promoção do desenvolvimento nacional através de um esforço conjunto.

No entanto, precisamos exigir com a altivez necessária e com o amor indispensável, para que este pedaço da nossa Pátria, seja compensado por tudo quanto já deu ao Brasil, para que não se ponha em risco o incansável trabalho do povo paranaense, que sempre esteve ao lado dos mais firmes propósitos na luta pelo bem-estar da gente brasileira.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Inicialmente, quero me congratular com Vossa Excelência por ter abordado, na tarde de hoje, este assunto, nesta Casa.

Realmente, se formos avaliar, em termos de Paraná, o que Itaipu irá beneficiar o nosso Estado, tristemente chegamos a uma conclusão de que nada ganhamos. Porque, o próprio potencial hidrelétrico do Paraná, no aproveitamento do nosso Estado, está sendo, quase todo ele, obtido e programado nas futuras construções de barragens hidrelétricas através do Rio Iguaçu. O qual, pela própria situação geográfica do Estado, onde o Rio Iguaçu cruza o nosso Estado de ponta a ponta, de Curitiba até o Oeste do Paraná, a própria condição geográfica do terreno nestas condições, faz com que o aproveitamento seja ideal para construção de barragens, mesmo porque os prejuízos e os deslocamentos de famílias e proprietários rurais serão muito poucos.

Com Itaipu, não precisa tomar a levantar o problema, porque foram milhares de famílias que deixaram o nosso Estado. Foram cem mil hectares de área de terra roxa de primeiríssima qualidade que serão totalmente alagados. Foram os municípios mencionados por Vossa Excelência que perderam as melhores regiões de terra existente dentro do seu território. Real-

mente Itaipu não traz nenhum benefício para nós.

Agora, infelizmente, nobre Deputado, como uma última tentativa de sanar um pouquinho esse prejuízo que Itaipu tem trazido ao nosso Estado, e que Vossa Excelência aborda, que pelo menos as estradas, ao lado do lago, sejam realizadas pela Itaipu.

O SR. WERNER WANDERER — Nobre Deputado, o que me preocupa é que tenho fotografias aqui, do lado paraguaio.

O Governo brasileiro, com o tratado que fez com o Paraguai, se comprometeu a fazer estrada no lado paraguaio e no lado brasileiro, mas o grave da história é que no lado paraguaio — e as fotografias estão aqui para demonstrar — está quase concluída a estrada.

O que deduzimos é que eles estão fazendo aquelas estradas para beneficiar não sei quem, mas do lado brasileiro, e esse dinheiro é todo brasileiro, e aí é que vem a nossa revolta, do lado brasileiro não tem dinheiro. Eles alegam que não tem recursos. Agora, do lado paraguaio, está quase concluída essa estrada.

O Sr. Lázaro Dumont — Exatamente. Vossa Excelência tem razão.

Vamos chegar exatamente aí, porque o Presidente da Itaipu é brasileiro. Quem vai buscar os recursos, é exatamente o General Costa Cavalcanti. Aliás, Itaipu dentro do nosso Estado, é um território totalmente independente, intocável, de política totalmente separada do nosso Estado.

Basta que o Presidente da República, do país amigo, a República Alemã, esteve recentemente aqui no Brasil, esteve em Itaipu, e não estou lembrado de ver noticiado que o Governo do Paraná tenha pelo menos participado da visita do Presidente da República de um País, de uma potência mundial como é a Alemanha Ocidental, e o seu Presidente veio ao nosso território e praticamente o Estado do Paraná não tomou conhecimento.

Mas, nobre Deputado, o que me incomoda realmente em tudo isso, é que não é só o caso de Itaipu.

Estamos vendo agora, como o caso das enchentes do Rio Paraná, provocadas pelo represamento do Rio Paranapanema, mais acima, onde vemos hoje centenas e milhares de famílias perdendo tudo o que tem, sendo desalojadas por causa das enchentes e essas, ocasionadas propositalmente para se aliviar uma situação da Represa de Jupia, e no entanto, não vemos nenhuma tomada de posição.

É o que lamentavelmente nos incomoda muito mais, no Estado do Paraná. É a falta de autonomia em nosso Estado, a falta de autoridade do nosso próprio Estado, de tentar, segurar para si, suas divisas, lutar pelo seu território.

Então, quero me congratular com Vossa Excelência sobre esse assunto. Oxalá, a voz e o apelo que Vossa Excelência traz nesta Casa no dia de hoje seja ouvido e o Paraná possa pelo menos em parte, ser indenizado com os enormes prejuízos, não só com Itaipu, mas com outras barragens, com outras hidrelétricas, que vão construir ainda nas nossas divisas.

O SR. WERNER WANDERER — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e gostaria de dizer o seguinte: que Itaipu construiu, através do programa PRODOPAR, em Toledo, um centro de piscicultura, e a nossa surpresa agora, já que esses peixes que estão sendo criados, lá, serão levados para o futuro lago de Itaipu, o Governo Federal através de Itaipu também deu há pouco tempo ao Paraguai, construir um centro de piscicultura no Paraguai, o que é uma ironia isso.

Finalizo, dizendo que vamos lutar, para participar da comissão que vai estudar o problema do Rio Paraná, a vazão da Usina de Jurupia e vamos lutar juntos. Porque esse é o nosso

trabalho e toda vez que se cometer injustiça com o Paraná nós estaremos batalhando para que isso não aconteça mais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PDS se pretende usar do seu horário. — (Declina).

Consulto à Liderança do PTB, declinado, no horário do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui temos em mãos as provas que, digam-se irrefutáveis sob o ponto de vista da dignidade administrativa, das acusações já feitas no Congresso Nacional sobre a corrupção existente no IAPAS do Paraná e, mais precisamente, contra o Superintendente CARLOS ERNESTO CARLBERG, que teria chegado ao cúmulo de falsificar datas em Termos Aditivos e Contratos com Representações Locais, além de acobertar graves fraudes praticadas em Foz do Iguaçu em outubro de 1978. E, para que outras irregularidades existentes em sua administração não viessem a ser investigadas, preferiu esta Autoridade, remover os faltosos para o Estado de Santa Catarina, sem abertura de Inquérito ou sequer feito sindicância engavetando as denúncias das empresas lesadas dando assim o caso por encerrado.

Éra perigoso demais a instauração de Inquérito Administrativo, pois tanto as irregularidades praticadas pelo SUPERINTENDENTE como as de seus subordinados transferidos ocorreram na mesma época, isto é, por volta de OUTUBRO de 1978.

Ora, Senhor Presidente!

O Ministro Jair Soares, tomando conhecimento dessas ocorrências em janeiro de 1980, determinou de imediato, ao IAPAS do Paraná apuração dos fatos. Só então, 480 dias após o engavetamento das denúncias dos lesados, isto por determinação do Ministro, é que o Superintendente do IAPAS instaurou sindicância designando para esse procedimento o funcionário Piercy Lemos que em poucos dias, segundo o próprio Superintendente, concluía seu exemplar trabalho! Pois em seu relatório apenas indiciou a culpa dos funcionários menos graduados, deixando de comunicar o fato irregular mais grave que foi o da Superintendência ACOBERTAR as fraudes, transferindo os faltosos para Santa Catarina. “Este exemplar relatório” do sindicante, logo após a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito, deu condições ao Superintendente Carlos Ernesto Carlberg a recomendar-lhe para ocupar o alto cargo de “AGENTE” na Agência Central em Curitiba, para em seguida, ser premiado com um cargo de Diretor do IAPAS, num dos seus mais importantes setores, o do Pessoal, já que permaneceram impunes todos os associados no acobertamento das fraudes.

Fatos esses que não chegariam a surpreender, pois a permanência de CARLOS ERNESTO CARLBERG na Superintendência à frente do IAPAS paranaense, confirmou o prestígio daqueles ACOBERTADORES DE FRAUDES, omissos, chefes relapsos, mas amigos do Superintendente que, por certo lhes deve muitas atenções, sendo por isso premiados com a designação para tarefas que rendam polpudas diárias e horas-aula, com viagens em companhia da alta direção do IAPAS paranaense, inclusive o próprio Superintendente, com a finalidade de proferir palestras sobre a Legislação Previdenciária, como foi o caso do ex-Secretário de Arrecadação e Fiscalização e do ex-chefe da 1.ª Região Fiscal, respectivamente Srs. David Bartolomey Jr e Maury Ricetti, ambos exonerados dos cargos de chefia pela prática de irregularidades administrativas, sendo que este último foi também apenado em outro Inquérito (conforme BS-IAPAS/DG n.º 140, de 25/07/80 fls. 1392) e, mesmo assim, premiado com a designação para treinamento dos novos Fiscais da Previdência além de promovido por merecimento.

QUE BELO EXEMPLO! dá este Administrador.

Mas Senhor Presidente.

As irregularidades que ocorriam no IAPAS em nosso Estado, tiveram ampla divulgação através da imprensa do País, relatando com certos detalhes a corrupção que grassava neste órgão da Previdência, ocupando espaços por mais de um mês com aproximadamente mais de uma dúzia de reportagens sobre o assunto.

É bem verdade, que após novo pronunciamento no Congresso Nacional e de posse de documentos o Ministro Jair Soares determinou em 4/09/81, ABERTURA DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, comunicando tal fato ao Deputado Borges da Silveira pelo ofício datado em 08/09/81, o que se confirmaria no BS-IAPAS/DG n.º 188 de 05/10/81 fls. 1843, através da Portaria n.º 231 de 22/09/81, a designação da Comissão de Inquérito Administrativo. Mesmo antes que esta C.I. se instalasse no Paraná, o denunciado, Sr. Carlos Ernesto Carlberg, ao retornar do Rio de Janeiro por volta do dia 21 ou 22/09/81 tranquilizava suas chefias mais “chegadas” de que, lá na Administração Central, já havia contornado a situação e não seria afastado do cargo de Superintendente, como de fato não foi, tendo inclusive, colocado um verdadeiro “Cavalo de Tróia” no seio da C.I. isto é, indicado a secretária da Superintendência para secretariar a Comissão de Inquérito.

Com tais “arranjos” esta Comissão de Inquérito foi substituída por outra, conforme o BS-IAPAS/PR n.º 211, de 10/11/81 fls. 2106. Esperava-se que a nova Comissão de Inquérito ao inteirar-se da controvertida administração afastasse o denunciado do cargo de Superintendente, entretanto, já passados seis meses sem notícias de resultados, nos permitimos solicitar desta tribuna que Sua Excelência o Sr. Ministro da Previdência nos informe qual a conclusão.

Veja, Senhor Presidente, o que, agora acabamos de tomar conhecimento através do BSL-IAPAS/PR n.º 18 de 10/03/82 — capa — foi mais um ato retardatário do Superintendente do IAPAS paranaense instaurando Inquérito Administrativo, somente em MARÇO de 1982, de irregularidades praticadas em 1978/1979 nas quais estariam envolvidos ex-chefes de Sua Administração e, isto só ocorreu, muito a contra gosto desta autoridade, que viu-se obrigado a este ato face as atuais circunstâncias com receio de novo Inquérito contra sua pessoa. Estas atitudes contumazes de retardamento na apuração de fraudes em nada recomendam a permanência do Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG no alto cargo de Superintendente do IAPAS paranaense.

Acreditamos que Sua Excelência, o Ministro Jair Soares, antes de sua desincompatibilização para concorrer ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cumpra com suas promessas, “de acabar com a corrupção no âmbito de sua Pasta” afirmações reiteradas que fez nestes três anos de sua Administração, afastando do Cargo o supérfluo e acomodado Superintendente Senhor Carlos Ernesto Carlberg — pela sua omissão evidente na adoção de atos administrativos necessários.

Esses os fatos, que temos o dever de informar à Casa, para que no futuro não ocorram novos aumentos das contribuições previdenciárias, repetindo-se os mesmos expedientes, pagam os humildes e os trabalhadores, os altos funcionários protegidos por “forças ocultas” são prestigiados, mantidos ou elevados a altos cargos na Previdência, mesmo que, sejam omissos, corruptos ou falcatureiros, porque para estes, sempre são encontradas fórmulas mágicas para não lhes serem aplicadas as penalidades merecidas.

Esperamos do Ministro Jair Soares mais ação e menos retórica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ocorrências que hoje trazemos à tribuna, são apenas relatos anteriormente citados no Congresso Nacional por valorosos Deputados deste Estado, como o Deputado Borges da Silveira. Lembro que quando o Deputado Borges da Silveira fazia as acusações na Câmara dos

Deputados, nesta tribuna, neste Parlamento, o Líder do Governo também solidarizava-se com o Deputado Borges da Silveira no tocante às denúncias que fazia contra Carlos Ernesto Carlberg que já deveria, pelos atos praticados, atos imorais, de há muito ser afastado do alto cargo que ocupa no Estado do Paraná à frente do IAPAS.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Antes porém, registamos com satisfação a presença em nosso plenário do Sr. Antônio Barbosa Amaral, Presidente da Câmara Municipal de Siqueira Campos, acompanhado do eminente Deputado Gabriel Manoel.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Município de “Figueira”, com sede na localidade do mesmo nome, Território desmembrado dos Municípios de Curitiba, Sapopema e Ibaiti, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, e Território desmembrado do Município de Corbélia, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE - SANEM”, com sede e foro na cidade de Medianeira. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que cria o Município de Altamira, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Palmital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Município de “SANTA TEREZINHA”, com sede na localidade do mesmo nome, Território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor “EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO”. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ - AFEDEM”, com sede na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO”, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 101/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1980.

a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando inestimáveis serviços no campo de Assistência Social junto a comunidade de Cornélio Procópio.

Nestas condições apresentamos o presente plano de lei para que haja o reconhecimento público estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 101/80

O Projeto de Lei n.º 101/80, de autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cornélio Procópio.

Apresentado anteriormente, o presente projeto foi examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer do Deputado José Tavares, opinando pela sua devolução ao autor, por não satisfazer um dos requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10/01/78, que regula a matéria.

Atendendo, agora, aos requisitos, em sua totalidade, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “GUARDA-MIRIM DE MATELÂNDIA”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 140/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “GUARDA-MIRIM DE MATELÂNDIA”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e tem por finalidade principal dar toda assistência à infância e ao jovem socialmente desajustados e carentes de apoio. Através do estudo dirigido e do trabalho, pretende a Guarda-Mirim de Matelândia, despertar no jovem a consciência da responsabilidade, o interesse pela conservação do bem comum, a preservação da ordem e da disciplina cívica, a formação moral e intelectual, preparando-o para o futuro, como cidadão a serviço da nossa Pátria.

Assim sendo, o plano de Lei que ora apresentamos, preenche os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, conforme comprova a documentação que anexamos.

Esperamos dos ilustres pares, que se dê o devido apoio e posterior aprovação da medida aqui proposta, por ser meritório e da mais alta justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 140/81

O projeto de lei em exame declara de utilidade pública a Guarda-Mirim de Matelândia, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

A declaração de utilidade pública acha-se regida pelo disposto na Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece os requisitos necessários para que uma entidade seja beneficiada.

Do exame da documentação que acompanha o projeto, verifica-se que a Guarda-Mirim de Matelândia se enquadra perfeitamente nas condições estabelecidas pela Lei.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1981.

aa) PAULO CAMARGO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zeferino Caovilla, ocorrido em Renascença. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oswaldo Souza, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Ferreira de Moura, ocorrido no Município de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Um Índio é um Índio" de autoria do Dr. Adolpho Mariano da Costa, publicado no jornal "O Paraná" de Cascavel no dia 29 de novembro de 1981. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Sr. Presidente da República, ao Conselho de Segurança Nacional, ao INCRA, Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Lideranças dos Partidos com assento no Congresso Nacional e Senado Federal, encarecendo ampliação das áreas válidas para usucapião. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto

de aplauso pelo transcurso do vigésimo aniversário de atividades jornalísticas de Edevarde João Sartori. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à Secretaria de Estado da Agricultura pela Operação Vacina-Cão, executada no Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, pedindo a elevação da Comarca de Capanema para reentrância intermediária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Presidente da COPEL, encarecendo medidas no sentido de ser efetuado a ligação elétrica da casa 34 da rua 4, Vila Rex, próximo à Vila São Pedro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do curso de 2.º grau na Escola Milton Cameiro, localizada no Jardim Paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando moção de aplauso pela elevação da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Glória, de Maringá à dignidade de Basílica Menor. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Acadêmico Rogério Migueis Picado, e um voto de regozijo, a nova Diretoria da SECEP - Secretaria de Casas de Estudantes do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente do BADEP, sugerindo a adoção de medidas para reativação da LIOVAL ALIMENTOS LIOFILIZADOS S/A, instalada em Morretes, neste Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Conselho Monetário Nacional, ao INCRA, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, encarecendo a liberação de verba, no valor de 589.340 UPCs para consecução do Plano Estadual de Eletrificação Rural Cooperativada do Paraná, encaminhado em setembro de 1981 e até o momento sem apreciação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao jornalista Calil Simão, pela comemoração dos 24 anos de colonismo social. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída Ponte de Catanhoto, na estrada que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Joaquim Távora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Sr. Secretário de Segurança Pública, sugerindo a nomeação imediata dos Agentes de Segurança aprovados

em concursão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Sr. Diretor de Crédito Agrícola do Banco Central do Brasil, encarecendo seja dado recursos especiais para realização da Feira de Bezerros, no Estado do Paraná, para o corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, encarecendo seja dado nova oportunidade de inscrição no processo de ascensão funcional aos servidores que perderam o concurso seletivo ou não foram convocados para o mesmo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador Geral da Justiça do Estado, no sentido de determinar o afastamento da Juíza de Direito da Vara Criminal de Cianorte. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

9 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 136/81.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 101/80 e 140/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145 e 151/81.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Gernote Kirinus, em sessão plenária do dia 12 de abril de 1982.

“UM ÍNDIO É UM ÍNDIO

É com angústia e perplexidade que acompanhamos os dramáticos apelos de líderes indígenas, através dos meios de comunicação, denunciando a existência de ameaças, seguidas de constrangimentos físicos e morais aos silvícolas e suas comunidades, por parte de indivíduos ou grupos inescrupulosos.

Aproveitam-se da índole pacífica e da mansidão das famílias indígenas. Tentam criminosamente apropriar-lhe os bens, veiculando intimidações e ameaças de provocar-lhes mal injusto e grave ou mesmo destruindo-lhes os bens, utensílios e instrumentos de trabalho ou necessários ao próprio sustento e à manutenção das próprias famílias, na tentativa nefanda de apossarem-se de suas terras e demais bens.

Leve-se em conta a situação peculiar do silvícola, sujeito à tutela da FUNAI, por incapacidade relativa aos atos da vida civil, conforme enquadramento legal.

Frise-se que até mesmo por uma questão de justiça e equidade, não se pode deixar de reconhecer expressamente o empenho oficial, nos últimos anos, no campo de assistência e saúde do índio.

No entanto, é de se reconhecer, por outro lado, que fatos concretos comprovam a omissão da FUNAI nas medidas eficazes à defesa efetiva dos interesses que legalmente lhe são cometidos, de tal sorte essa indiferença muito contribui para a exploração predatória do patrimônio indígena. Tanto assim que

a maioria dos problemas que afetam as comunidades indígenas brasileiras continua desafiando aquela fundação tutelar do índio.

Deve-se consignar que os índios são povos livres que há milhares de anos vivem nessas terras e não podem aceitar que outro povo decida, sem a participação ativa e equitativa de todas as partes interessadas na defesa dos seus direitos indisponíveis os destinos de todas as comunidades indígenas.

Os protestos e a indignação dos índios contra qualquer ato ou intenção de manipulação, desprezo, imposição, exploração e destruição dos povos indígenas são legítimos, e merecem respeito e consideração. Reciprocidade de tratamento, princípio de isonomia legal que estatui a igualdade de todos perante a lei, em decorrência da própria lei.

Nada pode justificar que os índios continuem sendo considerados juridicamente menos iguais em direitos e dignidade humana.

O autoritarismo, a opressão e a ganância não podem promover, seja através do poder público ou da iniciativa particular a seu exclusivo arbítrio, a “Capitis Deminutio do Índio”, subestimando-lhe a inteligência e a identidade étnica, social e cultural de resolver, de forma justa e equitativa, os problemas básicos de sua sobrevivência como povo, nem recusarem-lhe o legítimo direito de reivindicar novas formas de convivência e participação societária que lhe assegurem um padrão de vida realmente condizente com as exigências mínimas necessárias para uma existência saudável e feliz.

O formalismo estrábico, o bizantinismo jurídico, a burocratização do Direito, a trincheira dos Regulamentos não seriam uma “forma mecânica de viver capaz de fazer brotar exóticos rebentos”, no dizer de Tobias Barreto, a justificar a cômida omissão de uma elite que tiraniza a Justiça e massacra os oprimidos, inclusive e especialmente os Índios, cujo gradual desaparecimento já acusa e pune as consciências esclerosadas dos leguleios, dos juristeiros e dos tecnocratas empedernidos?

Primeiramente, os índios foram vítimas das distorções da catequese a serviço da coroa portuguesa, com o objetivo de ampliar a fé e o império. Tempo de Reduções Jesuíticas. Tempo de matanças. Depois vieram as intrépidas Entradas e Bandeiras que, sob o pretexto das minas de ouro e pedras preciosas, preavam milhares de índios para escravizá-los e vendê-los aos mineiros e fazendeiros. Os que não se domesticaram acabaram irremediavelmente mortos.

Neste século, uma política desenvolvimentista e milagreira influenciou negativamente o Serviço de Proteção ao Índio, crisálida de onde emergiu a Fundação Nacional do Índio.

“Progresso a qualquer custo”, “desenvolvimento a qualquer preço” forçaram uma “irreversível integração do indígena à vida nacional”, transformando-o em trabalhador avulso, boia-fria, quando não em posseiro, meeiro, arrendatário, peão, subemprego ou desempregado, daí até a morte é um passo, jogando o índio numa sociedade competitiva, sem dar-lhe qualquer preparo para isso. Assim, milhões de índios foram definitivamente apagados pela “integração compulsória” e, hoje, só restam 227.801 segundo os últimos dados.

O truque da “emancipação”, com o objetivo de entregar as terras indígenas aos grandes projetos agropecuários e outros a serviço do grande capital, foi felizmente desmascarado, graças às pressões da opinião pública nacional.

Agora, a FUNAI tenta engodar a opinião pública com um novo truque, discreto mas eficiente, chamado de “indicadores de indianidade”, para reclassificar os índios, mediante critérios supostamente científicos, com o mesmíssimo objetivo de “emancipar” milhares de índios, considerando-os cidadãos comuns, e por conseguinte, sem direito as terras indígenas.

Já em 1916, o Marechal Rondon prefetizava. “Mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, estes proprietários — “coram Deum soboles (ante a face

de Deus)" – expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões."

Juruna, em declaração ao "Estado" de 22/07/73, afirma: "a terra é a única riqueza que o índio tem na vida. Sem ela, ele vira um bicho, um cachorro que está sempre triste. O branco sempre enganar para ficar com a terra".

Tais constatações seriam pessimistas, se não houvesse em nós a certeza de que à medida que aumentam os conflitos entre os índios e seus exploradores, também cresce a consciência dos índios em defesa de seu patrimônio, valores e cultura. A opinião pública vem se engajando cada vez mais na luta em prol da causa indígena.

Os índios já perceberam as artimanhas da FUNAI, quer sejam as razões da emancipação, quer sejam os "indicadores de indianidade", baseados em desmoralizadas teorias racistas. Classificar os indígenas mediante indicadores biológicos – tipo de cabelo, perímetro encefálico, forma dos olhos, maçãs do rosto, marca sacral, mentalidade primitiva e características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis não passa de uma crueldade racista e nazista, conforme esclarecem antropólogos e cientistas afins. Pondo em prática os tais Indicadores, a FUNAI pretende cassar o "status" de uns 40.000 índios de catorze tribos. Com o novo sistema, a FUNAI declararia não-índios todos os índios incômodos como o Juruna, Aniceto, Terena, legítimos herdeiros do mártir Cretã e tantos outros, cujo lema é: resistir para sobreviver.

Por outro lado, implantando o novo sistema, não estaria a FUNAI a infringir a Constituição Federal, o Estatuto do Índio e a própria Lei Afonso Arinos (Lei n.º 1.390/51), que punem o preconceito racial?

O índio sabe das coisas: um índio é um índio é um índio.

Basta de colaboracionismo com aqueles que visam a "atrair", "pacificar", e "acalmar" os índios para favorecerem o avanço das multinacionais, dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas.

MD, 28/10/81

Adolfo Mariano da Costa

Ata das Comissões.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.ª Sessão Legislativa da 9.ª Legislatura

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis hora, na sala de reuniões desta Assembléia Legislativa reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Facci, Francisco Escorsin, Egon Pudell e Gabriel Manoel, representantes do Partido Democrático Social e Lineu Mansani Turra e Darcy Deitos, representantes do Partido Movimento Democrático Brasileiro e Adalberto Daros, representante do Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Senhor Deputado Antônio Facci, declarando abertos os trabalhos e Instalada a Comissão. Em seguida anunciou a realização da eleição aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão e, deixou a palavra livre para a escolha dos candidatos. Concluindo, por unanimidade, foram indicados os nomes dos Senhores Deputados Antônio Facci e Lineu Mansani Turra para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Ambos os candidatos aceitaram os cargos e agradeceram os seus pares pela honra e confiança a eles depositada. Assumido os cargos, o Senhor Presidente designou a funcionária Eumênia de Oliveira, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos dos quais para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Secretária e, em seguida publicada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1982.

aa) ANTÔNIO FACCI – Presidente

Eumênia de Oliveira – Secretária